

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPATO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

# Um reticente voto de confiança



**Moody's melhora perspectiva da nota de crédito do País, mas destaca dependência de receitas e baixa capacidade do governo para cortar gastos como risco à retomada do grau de investimento**

**A** agência de classificação de risco Moody's revisou a perspectiva da nota de crédito do País de estável para positiva. A classificação dos títulos da dívida brasileira foi mantida em um patamar dois degraus abaixo do grau de investimento, mas a alteração da perspectiva, que não ocorria desde 2018, sinaliza que a nota poderá ser elevada no médio prazo.

A Moody's disse que as perspectivas de crescimento da economia estão mais robustas que nos anos pré-pandemia. Agência destacou as reformas es-

truturais aprovadas em múltiplas administrações nos últimos anos e um progresso contínuo, embora gradual, rumo à consolidação fiscal e à estabilização da dívida do País.

O Ministério da Fazenda, por óbvio, comemorou e afirmou que a mudança da perspectiva do rating pela agência é um reconhecimento do papel do arcabouço fiscal. Mas o relatório da Moody's não deixou de mencionar os riscos associados à redução dos déficits fiscais, como a dependência de receitas e a baixa capacidade do governo para cortar gastos.

Para a equipe econômica, a notícia não poderia ter sido anunciada em momento melhor. De certa forma, a decisão da Moody's chancela o esforço de Haddad, criticado por rever as metas fiscais de 2025 e 2026 e no meio de um embate com o Congresso em torno da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios.

O comunicado, no entanto, é realista ao analisar os fatores que podem melhorar ou piorar a nota brasileira. O aumento da credibilidade da política fiscal, segundo a Moody's, depende de melhorias constantes no resultado primário e de um crescimento econômico mais sólido. A manutenção ou elevação dos déficits, por outro lado, pode enfraquecer a confiança dos investidores, conter o crescimento econômico e aumentar o custo do crédito do governo.

Por coincidência de datas, o Tesouro Nacional havia acabado de divulgar que as contas do governo central encerraram o mês de março com déficit de R\$ 1,5 bilhão. No trimestre, o saldo ainda é positivo em R\$ 19,431 bilhões. No acumulado de 12 meses até março, no entanto, o déficit atingiu R\$ 247,7 bilhões, o equivalente a 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB), ainda muito distante da meta de déficit zero.

A arrecadação subiu 8,9% no trimestre em termos reais, mas as despesas aumentaram 12,3% ante os três primeiros meses do ano passado. É verdade que o comportamento dos gastos foi influenciado pela antecipação do pagamento de R\$ 30 bilhões em precatórios, mas parte das receitas que mais influenciaram o resultado fiscal tam-

bém teve caráter pontual. A tributação dos fundos exclusivos rendeu R\$ 12 bilhões, mas o resultado se deve à taxa-ção dos estoques e tende a ser bem menor a partir de agora. Já a arrecadação com o Imposto de Renda, ao contrário do que se esperava, começou a desacelerar.

Enquanto isso, despesas obrigatórias com aposentadorias e pensões aumentaram 5,3% no primeiro trimestre, ou R\$ 10,7 bilhões; dispêndios com benefícios de prestação continuada subiram 17,2%, ou R\$ 3,8 bilhões; e gastos discricionários, nos quais a margem de manobra do governo é um pouco maior, mas também limitada, aumentaram 21,7%, ou R\$ 5,4 bilhões.

É por isso que o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, foi comediado ao comentar o resultado. A meta é factível, segundo ele, mas o País "não tem margem para queimar". Já o diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, afirmou que os economistas estão certos ao duvidar do arcabouço fiscal, pois o País terá "déficits primários a perder de vista". "Quem controla o gasto é o governo e, se não tem receita, tem de ajustar o gasto."

Pode até parecer que o mercado está bem mais pessimista do que a Moody's, mas o motivo do ceticismo dos analistas – o gasto – é fundamentalmente o mesmo que a agência menciona como um fator de risco em seu relatório, ainda que de maneira mais polida. É urgente, portanto, que o governo se empenhe nesse objetivo, pois disso dependem a credibilidade da política fiscal e a recuperação do grau de investimento. ●

# O extremismo universitário mostra sua face

**Nos EUA, ativistas que sempre reprimiram a liberdade de expressão dos outros agora se dizem reprimidos. Mas nem as universidades nem a Constituição admitem a violência como expressão**

**P**or décadas uma crise nas universidades, especialmente nas norte-americanas, estava sendo fabricada. A academia deve ser o espaço por excelência do pluralismo ideológico e do livre debate. Mas, ao contrário, elas são hoje os espaços mais dogmáticos e intolerantes na sociedade. Foi necessário que a guerra no Oriente Médio despertasse humores antisemitas para que se produzisse uma reação química que mandou a tampa da caixa de Pandora pelos ares.

Há meses os estudantes pró-Hamas mobilizam protestos agressivos nos campi americanos. A Primeira Emenda da Constituição estabelece uma liberdade de expressão quase absoluta. Exceto em casos excepcionais, como a incitação direta à violência, mesmo manifes-

tações neonazistas são toleradas. Instituições privadas, como as universidades, podem ter seus próprios códigos de conduta. E esses códigos se tornaram não só mais restritivos, como, por pressão dos contingentes progressistas ultramajoritários, mais sectários.

Na década de 90, segundo um levantamento da Universidade de Leiden, os quadros docentes nos EUA se autodeclaravam 40% progressistas, 40% moderados e 20% conservadores. Desde então, não houve grandes variações nas preferências partidárias da população, mas nos campi os progressistas cresceram para 60%, e os moderados e conservadores diminuíram para 30% e 10%, respectivamente. Nas universidades de elite a desproporção é maior. Em Harvard, por exemplo, 75% se dizem progressistas e só 3% conservadores. Nos

departamentos de humanas, a assimetria é maior.

Segundo a Fundação para os Direitos Individuais e Expressão (Fire, na sigla em inglês), as universidades de elite estão entre as mais intolerantes. Mais da metade dos estudantes das cinco universidades da Ivy League acredita que às vezes é aceitável impedir seus pares de participar de uma palestra controversa. Só 70% concordam que "nunca é aceitável" usar violência para impedir alguém de falar.

Códigos que punem "microagressões" e "discursos de ódio" são empregados há anos por ativistas para filtrar admissões de alunos e professores e conformá-los à ortodoxia progressista. Agora que estão violando não só esses códigos, mas os limites constitucionais à liberdade de expressão, esses ativistas se dizem perseguidos e tolhidos em suas liberdades. Mas ninguém é livre para ameaçar, intimidar e tolher a liberdade dos outros.

Pelas regras da Universidade Columbia, por exemplo, "todo membro da comunidade (...) tem o direito de organizar protestos, piquetes, circular petições e divulgar ideias", mesmo que "sejam consideradas ofensivas, imorais, desrespeitosas ou até perigosas". Mas o Código diz que essas regras são violadas quando uma pessoa "se engaja em uma conduta que põe outra em perigo físico" ou "usa palavras que ameaçam

dano físico em uma situação em que há um risco claro e imediato deste dano".

Em campi como o de Columbia, judeus não só são intimidados com cantos que pregam o extermínio dos judeus de Israel, como são impedidos de acessar e circular em certos espaços. Os manifestantes perturbam aulas e impedem o acesso a alguns prédios. E não estão apenas se manifestando, mas exigindo que as universidades rejeitem doações de empresas e cidadãos israelenses; encerrem parcerias acadêmicas com instituições israelenses; e condenem as ações de Israel na guerra.

A direção de Columbia, por exemplo, ofereceu revisar suas práticas de investimentos e parcerias e discutir a liberdade acadêmica. Mas, assim como o Hamas, os militantes não aceitam soluções de compromisso. A polícia foi chamada para dispersar os acampamentos que impedem o curso das aulas, a livre circulação no câmpus e o sossego dos judeus. Mas os ativistas que outrora diziam que palavras são violência, agora dizem que violência é "expressão".

Tudo indica que o sectarismo universitário chegou a um ponto de inflexão. Mesmo parlamentares democratas estão criticando os protestos e exigindo dos reitores que restabeleçam a ordem. Mas esse é, na melhor das hipóteses, só o primeiro passo de uma longa reforma há muito necessária para despartidarizar as universidades. ●